

## **Psicanálise e surdez: estudo longitudinal sobre seus modelos representacionais e suas pesquisas clínico-teóricas**

Caroline Coelho Vieira<sup>1</sup>  
Nadja Nara Barbosa Pinheiro<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Psicóloga. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Psicóloga Clínica. E-mail: carolcoelhov@yahoo.com.br. Orcid: 0000-0003-4760-8059.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com estágio pós doutoral em Psicanálise e Psicopatologia pela Université Paris VII. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). e-mail: nadjanbp@ufpr.br. Orcid: 0000-0003-2927-6177.

Nos últimos anos, com as contestações e conquistas dos movimentos sociais protagonizados pela comunidade surda pelos seus direitos, observamos um aumento, embora incipientes, de consideração das políticas públicas governamentais no sentido de implementar ações que permitam um melhor atendimento a esse público em específico. Tal diretriz implicou, no campo da Psicologia, um crescimento no interesse de propostas de trabalho, entre as quais atendimentos psicoterapêuticos especializados para pessoas surdas; razão pela qual, assistimos, nos últimos anos, a um crescimento no número de estudos que procuram tratar dessa questão com rigor científico, visando à construção de aportes teóricos sólidos que sustentem essas práticas.

Comunidade surda pode ser entendida como grupos que, de alguma forma, estão envolvidos com a língua de sinais, além da surdez, excluindo assim aqueles que, mesmo enredados com a surdez, pressupõem a vocalização como único modo de fala, ligados à normalização (Solé, 2005). Ao nos referirmos a pessoas surdas como uma população específica, consideramos aquelas que têm uma diminuição significativa da audição, que vivenciam uma sensorialidade diferente, resguardando a multiplicidade sensorial e linguística existente nesse universo, as quais dependem de uma série de fatores, tais como: a etiologia, o tipo e o grau de surdez, se a surdez é congênita (pré-linguística) ou adquirida (pós-linguística), se houve estímulo da oralidade, o uso de tecnologias auditivas, se ocorreu a inserção em um contexto no qual se utiliza a língua de sinais, se é filho de pais ouvintes ou de pais surdos, em que momento se deu o diagnóstico, entre outras incontáveis considerações. Dessa forma, podemos dizer que há surdos oralizados, surdos usuários da língua de sinais, surdos bilíngues e aqueles, principalmente crianças e adolescentes, que não utilizam uma língua específica ou estão em processo de aquisição de uma língua. Esse contexto e a experiência vivenciada por aproximadamente 10 anos em um Centro de Atendimento Bilíngue para pessoas surdas, impulsionou-nos o desejo de aprofundar o conhecimento sobre o que estaria sendo construído, ao longo dos anos, relativo ao atendimento clínico de referencial psicanalítico para essa população específica.

Para tal, iniciamos por meio de uma explanação acerca das representações sobre a surdez e o Estatuto Linguístico da Língua de Sinais. Elas nos permitirão destacar que há, nesse campo, duas perspectivas principais que marcam os estudos científicos sobre a surdez: a perspectiva biológica e a socioantropológica. Cada uma delas, por seu turno, incentivará a construção de práticas terapêuticas distintas: a primeira, por compreender a surdez como um problema orgânico, uma deficiência, focalizando no diagnóstico, propõe a reparação, a cura e reabilitação; a segunda concepção, apoiada na ideia de diferença, com relação à sensorialidade, linguagem, identidade e cultura, propõe o reconhecimento da língua de sinais e da cultura surda.

No que lhe concerne, o Estatuto Linguístico da Língua de Sinais permitirá inscrever a possibilidade de trabalho clínico-psicanalítico com esses pacientes. A literatura existente na área evidencia que não há dúvidas em relação ao Estatuto Linguístico da Língua de Sinais, pois esta é reconhecida oficialmente como uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças tão complexas quanto as línguas orais, podendo ser utilizadas para as inúmeras funções identificadas na produção das línguas humanas. Para os autores da área da surdez e linguística, sinais são palavras, dessa forma, considerando a legitimidade da língua de sinais, podemos considerar a existência de uma fala sinalizada, que utiliza outra via para sua expressão, a via viso-espacial e não a via oral-auditiva. A forma de expressão da língua de sinais é outro diferencial que nos convoca a interrogar a escuta psicanalítica nesse cenário, na medida em que esta, possivelmente, terá de ocorrer também por meio de outra via, ou seja, um “escutar com os olhos”.

Por fim, apresentaremos os estudos científicos que tratam da surdez a partir do ponto de vista da Psicanálise. Contemplando estudos realizados no Brasil e alguns no exterior, apresentaremos três categorias de análise: surdez e construção de subjetividade; efeitos do diagnóstico da surdez sobre os genitores; o trabalho clínico-psicanalítico com a surdez.

## Representações da surdez e o Estatuto Linguístico da Língua de Sinais

Ao abordar essa temática, cabe descrever um breve panorama sobre as concepções históricas, sociais e políticas acerca da surdez e as línguas de sinais. Há séculos estudiosos se baseiam em preposições teóricas bem fundamentadas, que ainda se dividem especialmente em dois grandes modelos reconhecidos na literatura da área: a concepção biológica e a concepção socioantropológica.

Os que defendem a perspectiva reabilitadora de disciplinamento do comportamento e do corpo, do discurso medicalizante e da pedagogia corretiva, entendem a surdez como deficiência e centram-se no diagnóstico, na reabilitação, na busca pela cura do problema auditivo (por meio de próteses auditivas e implantes cocleares)<sup>3</sup> e na correção da fala pela via do ensino da língua oral, também conhecido como método do “oralismo” (Bisol, Simioni & Sperb, 2008; Solé, 2005). Essa forma de conceber a surdez é considerada por muitos como uma ideia dominante e hegemônica, denominada como “ouvintismo”, designado por Skliar (2005, p. 15) como “[...] um conjunto de representações ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte”. E é a partir desse olhar que ocorrem percepções do ser deficiente, do ser não ouvinte, favorecendo tal concepção em busca da normalização.

<sup>3</sup> A prótese auditiva ou Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI) tem como função amplificar o som ambiental. O implante coclear é um dispositivo médico eletrônico que fornece informação sonora para pessoas com perda auditiva de grau severo a profundo. Esse aparelho funciona transformando sons em estímulos elétricos que são enviados diretamente às fibras do nervo auditivo, visando substituir parcialmente as células danificadas da cóclea.

Foram mais de cem anos de práticas engeguecidas pela tentativa de correção, normalização e pela violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos. (Skliar, 2005, p. 1).

Uma considerável parte da história dos surdos é assinalada por exclusões e impedimentos. Durante toda a Antiguidade e quase toda a Idade Média, eles eram considerados ineducáveis, incapazes, isolados da sociedade, pois eram percebidos com piedade e compaixão, como pessoas castigadas pelos deuses ou como pessoas enfeitiçadas e, por isso, eram abandonadas ou sacrificadas (Fernandes, 1998; Goldfeld, 1997). Resíduos dessa crença persistiram até o século XV e somente no século seguinte aparecem os primeiros educadores de pessoas com surdez. O italiano Girolamo Cardano (1501-1576) foi o primeiro a afirmar que o surdo poderia ser instruído. Variadas metodologias de ensino foram criadas, algumas enfatizando a língua oral, outras as de sinais,<sup>4</sup> e outras ainda criando códigos visuais, correntes que perpetuam até os dias atuais, conforme será contemplado na sequência. Ainda naquele século, na Espanha, um monge beneditino, Pedro de Ponce, ensinou surdos filhos da nobreza, dedicando-se ao ensino da fala e leitura labial e criou uma escola de professores surdos. Na mesma época e também na Espanha, Juan M. Pablo Bonet (1620) publicou o primeiro livro de educação de surdos (Goldfeld, 1997; Rocha, 2008).

A Alemanha e a França representavam duas grandes escolas nas tendências de educação de surdos; a escola alemã representando o método oral, e a escola francesa o método combinado. No fim do século XVIII, o padre francês Charles Michael L'Épée, influenciado pelos moldes de assistencialismo da Igreja, fundou a primeira escola pública para surdos reconhecida pelo governo, com o primeiro modelo oficial de educação gestualista, o qual ainda não reconhecia o Estatuto Linguístico dos Sinais, mas considerava os “gestos” fundamentais para a expressão dos surdos. Essa escola foi transformada em 1791 no Instituto Nacional dos Surdos-Mudos de Paris. Na Alemanha, na mesma época, com Samuel Heinick, surge a Filosofia Educacional Oralista, que defendia que o ensino da língua oral, e a rejeição à língua de sinais, era a melhor forma de educar o aluno com surdez – Heinick funda a primeira escola pública para crianças com surdez baseada no oralismo. Outro grande destaque na educação de surdos foi o médico francês Jean-Marie Gaspard Itard (1775-1838), suas pesquisas focavam a cura da surdez e o desenvolvimento da língua

<sup>4</sup> Na época os sinais ainda não eram defendidos no sentido que propõe o bilinguismo, ou seja, ainda não havia o reconhecimento da língua de sinais, nem como língua, nem a percepção dessa língua como um fim em si mesmo, ou seja, a língua de sinais era um meio para o ensino principal, que era a língua oral.

oral, destacando o trabalho realizado com o menino Victor de Averyon<sup>5</sup> (Burnier, 1983, conforme citado em Pereira, 2007; Rocha, 2008).

Nos Estados Unidos, no ano de 1817, foi fundado o Asilo Americano de Hartford, a atual Universidade de Galladeut, primeira universidade nacional para surdos, que foi primeiramente escola, fundada em 1864 por Laurent Clerc (professor surdo e aluno do Instituto de Surdos de Paris) e Thomas Gallaudet (1787-1851), onde se utilizava inicialmente como forma de comunicação o francês sinalizado, adaptado para o inglês. A partir de 1821, todas as escolas públicas americanas passaram a caminhar na direção da Língua de Sinais Americana (ASL). Embora, tenha ocorrido a difusão da língua de sinais, a partir de 1860, o método oral ganhou força, com os avanços tecnológicos que facilitavam essa aprendizagem pelas pessoas com surdez. Era comum a contratação de professores surdos, formados pelos institutos de surdos europeus, para fundar instituições visando à educação de seus semelhantes. No Brasil, a primeira escola para surdos foi criada com a chegada do professor surdo francês E. Huet, em 1855, trazido pelo imperador D. Pedro II para iniciar o trabalho de educar duas crianças surdas. Assim, em 1857, foi fundado o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que utilizava a língua de sinais (Goldfeld, 1997; Rocha, 2008).

Até o fim do século XIX, as línguas de sinais foram bastante utilizadas em todo o mundo, até a realização do Congresso de Milão, em 1880, um marco histórico que oficializou o modelo oralista. Nas atas desse evento, é possível observar documentalmente a ideia da inferioridade dos surdos por não usarem a língua oral, e que a comunicação via sinais, considerada primária e imprecisa, colocava em risco o desenvolvimento da oralidade e, conseqüentemente, a inserção social, proibindo, dessa forma, os surdos a se comunicarem em língua de sinais.

O Congresso, considerando a incontestável superioridade da palavra sobre os signos para devolver o surdo à sociedade e para dar-lhe um melhor conhecimento da língua, declara que o método oral deve ser preferido ao da mímica para a educação e instrução dos surdos-mudos [...]. O Congresso, considerando que o uso simultâneo da palavra e dos signos mímicos tem a desvantagem de inibir a leitura labial e a precisão das ideias, declara que o método oral puro deve ser preferido [...]. A terceira resolução é um voto em favor da extensão do ensino dos surdos-mudos. Considerando que um grande número de surdos-mudos não recebem os benefícios da instrução [...], emite o voto que os governos tomem as medidas necessárias para que todos os surdos e mudos possam ser instruídos. (Grémion 5, 1991, pp.195-196, citado por Lulkin, 2005, p. 37).

---

<sup>5</sup> Um menino de aproximadamente 12 anos encontrado no sul da França em uma floresta, considerado um menino selvagem que não falava, não respondia a estímulos sonoros e apresentava sérios comprometimentos emocionais, supondo-se ser esse estado decorrente de anos sem contato com outro ser humano. Victor, embora não apresentasse surdez, foi encaminhado para o Instituto de Surdos de Paris, sob tutela de Itard.

A oficialização do método oral promoveu o desenvolvimento de uma série de metodologias que consideraram essa ideia como única maneira desejada de expressão do surdo, não reconhecendo a legitimidade da língua de sinais (Goldfeld, 1997). Sobre os efeitos desse período de metodologias oralistas, Sanchez (1999, p. 35) descreve:

O século XX foi um século perdido para os surdos, que nem recuperaram as posições que poderiam ter em meados do século passado nos Estados Unidos e em vários países europeus. Eles não conseguiram recuperar sua identidade, nem sua dignidade, nem sua autonomia, não foram redescobertos individualmente ou coletivamente, depois do genocídio consumado pelo oralismo e cujos efeitos se mantêm por meio de propostas substitutas mais ou menos disfarçadas após a invocação dos sinais. (tradução livre das autoras).<sup>6</sup>

Considera-se que os resultados de mais de um século de educação oralista acarretaram aos surdos prejuízos em termos cognitivos, linguísticos e psicológicos, levando a um nível elevado de fracasso escolar e perda de autonomia por parte destes (Fernandes, 2003). Tais metodologias começaram a serem questionadas a partir dos estudos linguísticos sobre o Estatuto da Língua de Sinais.

Na década de 1970, outra corrente ganhou força, divergindo da perspectiva clínico-terapêutica – a concepção socioantropológica da surdez –, que se baseia na noção de diferença e se dedica a pensar os conceitos de identidade, cultura, poder e linguagem. Além disso, propõe olhar para o surdo como um sujeito em desenvolvimento, e não um sujeito limitado pela sua perda (Bisol & Sperb, 2010).

O conceito de diferença não é utilizado como um termo a mais, dentro de uma continuidade discursiva, onde habitualmente se incluem outros como, por exemplo, “deficiência” ou “diversidade”. Estes, no geral, mascaram e neutralizam as possíveis consequências políticas, colocam os outros sob um olhar paternalista, e se revelam como estratégias conservadoras para ocultar uma intenção de normalização. A diferença, como significação política, é construída histórica e socialmente; é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma ou outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante. (Skliar, 2005, p. 6).

As pesquisas na área, a partir deste enfoque, redimensionaram o olhar para a surdez não mais de uma perspectiva patológica, mas sim como um fenômeno cultural e reconhecendo, assim, a importância da língua de sinais e o Estatuto Linguístico dessa língua. O primeiro linguista a estudar a língua de sinais foi Willian Stoke (1960), apresentando, por

<sup>6</sup> “El siglo XX ha sido un siglo perdido para los sordos, quienes no han recuperado ni siquiera las posiciones que pudieron haber tenido hacia mediados del siglo pasado en los Estados Unidos y en varios países europeos. No han podido recuperar su identidad, ni su dignidad, ni su autonomía, no se han reencontrado ni en individual ni como colectivo, luego del genocidio consumado por el oralismo y cuyos efectos se mantienen a través de propuestas sucedáneas más o menos disfrazadas tras la invocación de las señas.”

meio do seu renomado trabalho, intitulado *Sign Language Structure*, uma análise descritiva da American Sign Language (ASL), ocasionando uma revolução na Linguística na época, pois até então os estudos linguísticos focavam as línguas orais – embora o sistema de comunicação visual fosse reconhecido em outras épocas como uma forma de comunicação, era desconsiderado como uma língua. Esse autor foi pioneiro ao apresentar elementos linguísticos de uma língua de sinais, no nível fonológico e morfológico, demonstrando a língua de sinais como uma língua de fato, descreveu estruturalmente as unidades lexicais, apresentando uma gramática própria com regras específicas em todos os níveis linguísticos. Stoke identificou em seu trabalho três aspectos principais nas línguas de sinais: localização onde ocorre os sinais, a forma ou configuração de mãos ao realizar um sinal e movimento das mãos para formá-lo. “Cada um desses aspectos, ou categorias, foi descrito como consistindo de um conjunto limitado de elementos formadores – denominados de *cheremes* por Stokoe (1960) – os quais funcionariam analogamente aos fonemas das línguas faladas” (Finau, 2004, p. 54). Contudo, esses estudos encontraram dificuldades de aceitação na época, em virtude dos resquícios do modelo oralista, o qual, como descrito anteriormente, era desfavorável à língua de sinais, e também devido ao desconhecimento dos avanços da Linguística. Entretanto, não havia como desconsiderar as pesquisas sobre Linguística, e com os movimentos sociais protagonizados pela comunidade surda, gradativamente os sinais passaram a ser concebidos de maneira diferenciada, modificando seu estatuto (Pereira, 2007). Assim, foram desenvolvendo-se estudos nessa área e os próprios surdos começaram a participar como pesquisadores das línguas de sinais.

Por intermédio desses estudos, constatou-se que as línguas de sinais denotam propriedades das línguas humanas em termos de a) flexibilidade e versatilidade: apresentando várias possibilidades de uso em diferentes contextos, podendo ser usada para fazer poesia, persuadir, dar ordens, fazer perguntas ou simplesmente informar; b) arbitrariedade: a palavra (signo linguístico) é arbitrária, pois é uma convenção reconhecida pelos falantes de uma língua – as línguas de sinais apresentam palavras sem que haja relação direta entre a forma e o significado; c) descontinuidade: diferenças mínimas entre as palavras e os seus significados são descontinuados por meio da distribuição que apresentam nos diferentes níveis linguísticos – na língua de sinais, verifica-se o caráter descontínuo da diferença formal entre a forma e o significado, pois alguns sinais apresentam uma distribuição semântica que não permite a confusão entre os significados apresentados em um determinado contexto; d) criatividade/produktividade: pode-se dizer o que quiser e de muitas formas uma determinada informação seguindo um conjunto finito de regras e, a partir desse conjunto, pode-se produzir uma sentença infinita nas línguas humanas – assim também é nas línguas de sinais, que são produtivas como quaisquer outras línguas; e) dupla articulação: as línguas humanas apresentam duas articulações: a primeira é das unidades

menores sem significado, e a segunda, das unidades que combinadas formam unidades com significado – as línguas de sinais também apresentam o nível da forma e o nível do significado, por exemplo, as configurações por si só não apresentam significado, mas ao serem combinadas formam sinais que significam alguma coisa; f) padrão: há em todas as línguas um conjunto de regras compartilhadas por um grupo de pessoas – as línguas de sinais são altamente restringidas por regras; g) dependência estrutural: há uma relação estrutural entre os elementos da língua, ou seja, eles não podem ser combinados de forma aleatória – também é observada uma dependência estrutural entre os termos produzidos nas línguas de sinais (Quadros, 2009).

Os estudos das línguas de sinais, no sentido das investigações linguísticas, apresentam evidências de que tais línguas observam as mesmas restrições que se aplicam às línguas orais. Em grande parte, os linguistas se ocupam em identificar o que há em comum entre as línguas de sinais e as línguas orais, partindo das referências e dos universos linguísticos já propostos. “O investimento nesta linha investigativa justificou-se, uma vez que na década de 60 havia um movimento intenso no sentido de ‘provar’ que as Línguas de Sinais eram, de fato, línguas naturais” (Quadros, 2009, p. 43). As línguas de sinais são línguas organizadas espacialmente e de forma tão complexa quanto as línguas oral-auditivas.

Através da organização espacial das Línguas de Sinais, como por exemplo, a LSB e a ASL, é possível estabelecer relações gramaticais no espaço de diferentes formas. Assim, ao se fazer uma referência no discurso, é necessário o estabelecimento de um local no espaço de sinalização que, segundo alguns autores, dependerá de vários mecanismos espaciais para indicar o referente. Como exemplos, têm-se as seguintes possibilidades: fazer o sinal em um local particular, usar um verbo direcional quando o referente for óbvio, usar um classificador em uma localização particular, etc. Na Língua de Sinais Brasileira, os sinalizantes estabelecem os referentes associados à localização no espaço, sendo que estes referentes podem ou não estar presentes fisicamente. Os sinais manuais são normalmente acompanhados por expressões faciais que podem ser consideradas gramaticais e são chamadas de marcações não-manuais. (Pizzio, 2009, p. 171).

As línguas de sinais passam a ser reconhecidas como uma língua e a integrar o contexto dos estudos linguísticos. Quadros e Karnopp (2004) citam o linguista Ray Jackendoff (1994, p. 83), reconhecido nos estudos das línguas no campo da sintaxe e da semântica, destacando suas palavras sobre o reconhecimento da língua de sinais como uma língua:

A coisa mais importante que eu quero destacar é que ASL é uma língua. Claro, ela parece ser completamente diferente de outras línguas já conhecidas como o inglês, o russo e o japonês. Isso significa que a transmissão não é através do trato vocal criando sinais acústicos que são detectados pelo interlocutor por meio da audição. Ao invés disso, os

gestos do sinalizador criam sinais que são detectados pelo interlocutor por meio do sistema visual. [...]. O sistema periférico é diferente, mas a atividade inerente é a mesma.

Com relação à nomenclatura da língua de sinais, Sasaki (2010) faz algumas ressalvas: 1. Trata-se de uma língua e não de uma linguagem – citando as considerações de Capovilla (2001), “Língua define um povo. Linguagem, um indivíduo [...] A Língua de Sinais é uma unidade, que se refere a uma modalidade linguística quiroarticulatória-visual e não oroarticulatória-auditiva. Assim, há Língua de Sinais Brasileira (porque é a Língua de Sinais desenvolvida e empregada pela comunidade surda brasileira)”, e outras línguas próprias de cada país, como a ASL (Língua de Sinais Americana), a LSF (Língua de Sinais Francesa), entre outras. 2. O correto é “língua de sinais”, em vez de “língua dos sinais”, porque há uma infinita quantidade de sinais, o que conota um sistema aberto ao acréscimo de outro sinais, e não como no segundo formato (“dos”) que demarca que a quantidade de sinais já está fechada. 3. No caso da língua de sinais no Brasil, a sigla recomendada é Libras e não LIBRAS, sendo pronunciável como se fosse uma palavra, na qual como em português, a regra é somente a primeira letra em maiúscula, ao contrário, todas em letras maiúsculas, não seria pronunciável como uma palavra (Capovilla & Raphael, 2001). Há também autores que defendem o uso de LSB. A comunidade surda brasileira se identifica com o termo Libras, consagrado pela tradição. Legalmente, a partir do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a sigla passou a ser grafada Libras, e não mais LIBRAS, como estava na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (regulamentada pelo referido Decreto), embora mantendo o nome Língua Brasileira de Sinais.

Neste trabalho, elegeu-se utilizar as nomenclaturas de acordo com a referida exposição. Tal Decreto regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (Lei nº 10.436, 2002)

No Brasil, a Libras começou a ser investigada nas décadas de 1980 e 1990, simultaneamente à organização dos movimentos da comunidade surda pelos seus direitos. As pesquisas com relação à aquisição da língua de sinais demonstram que a linguagem da criança com surdez congênita, filha de pais surdos, com acesso à língua espaço-visual local

se desenvolverá sem qualquer defasagem, reforçando a compreensão de que os déficit atrelados à surdez estão intimamente interligados à inacessibilidade a uma língua natural. A Libras é considerada no Brasil a primeira língua, a língua materna dos surdos, sendo assim, devido a sua condição audiológica, o português (escrito e/ou oral) é aprendido como uma segunda língua. Contudo, por vezes, o português é visto pelos surdos não como uma segunda língua, mas sim como uma língua estrangeira. Sobre essa relação, Gesser (2006) expõe que língua estrangeira, nesse caso, não se refere à língua falada em outro país, mas àquela considerada “como uma língua alheia” pelo falante. Para muitas pessoas com surdez, a Língua Portuguesa é percebida realmente como uma língua estrangeira, uma língua estranha, pertencente apenas aos ouvintes.

Cabe reforçar a distinção entre sinais e gestos, que por vezes são utilizados como sinônimos, um equívoco bastante frequente. Para os autores da área da surdez e Linguística, sinais são palavras, apesar de não serem orais-auditivas; já a produção de gestos que ocorre na língua de sinais ocorre também nas línguas orais. A diferença é que os gestos, na maioria das vezes, também são viso-espaciais, assim como os sinais, tornando-se mais difícil de estabelecer as fronteiras. Comumente, as pessoas acreditam que sabem a língua de sinais por utilizarem gestos e alguns sinais isolados, contudo, a aquisição da língua de sinais é tão complexa como qualquer outra língua (Quadros & Karnopp, 2004).

A comunicação gestual usada exclusivamente é extremamente limitada, pois torna inviável a comunicação relacionada com questões mais abstratas. Assim, você vai precisar da língua de sinais para poder comunicar estas ideias. É verdade que você pode comunicar algumas coisas utilizando apenas gestos, assim como você faz quando chega a um país em que é falada uma língua desconhecida por você. Mas, também é verdade que você estará limitado à identificação direta entre o gesto e sua intenção, sem poder entrar em níveis de detalhamento necessário para transcorrer sobre um determinado assunto. Para transcorrer sobre um determinado assunto qualquer, você vai precisar de uma língua. No caso da comunicação com surdos, você vai precisar da língua de sinais. (Quadros, 2009, p. 14).

Embora os gestos por si só não constituam uma língua, eles fazem parte dela. Desde a mais tenra idade, o gesto está presente e é a partir dele que se adquire a construção do léxico, da gramática e usos de uma língua, é como um *continuum* que se inicia do visomanual para o audioverbal, no caso da fala oral, ou permanecendo no visomanual, no caso da fala em sinais.

Muitas vezes, as crianças surdas e seus pais ouvintes, quando desconhecem a língua de sinais local, criam a partir de gestos iniciais sistemas de comunicação particulares e bastante limitados, denominado por alguns autores<sup>7</sup> de “sinais domésticos” (*home*

<sup>7</sup> Goldin-Meadow (1979); Mayberry, (1992); Morford (1996), como citado em Santana *et al.* (2008).

*signs*), também conhecido na comunidade surda como “gestos caseiros”, ou seja, recursos simbólicos compartilhados na família que não são compreensíveis para outros locutores, nem ouvintes, nem surdos, porque é próprio dessa interação (Santana, Guarinello, Berberian & Massi, 2008). Essa forma de comunicação só parece ser possível à medida que o outro reconhece e acolhe esse gesto e o dota de sentido.

Com o intuito de ultrapassar a barreira da comunicação entre surdos e ouvintes, especialmente na educação e na relação parental, houve algumas propostas ainda enraizadas ao modelo oralista/ouvintista, como: 1. Comunicação total, adotada em muitas instituições, a qual defende a utilização de todos os recursos linguísticos, orais, sinais, códigos manuais, a datilografia ou alfabeto manual – no Brasil, o português sinalizado, o pidgin (simplificação gramatical do português e da Libras), num uso simultâneo desses códigos. 2. Bilinguismo bimodal, que pretende que a aquisição da língua oral e a de sinais ocorram simultaneamente e que ambas sejam utilizadas ao mesmo tempo nos contextos. Essas propostas valorizam a comunicação e a interação e não a aquisição de uma língua de sinais como uma língua natural pelo surdo. Destarte, a querela em torno das filosofias educacionais do surdo traz uma alternativa distinta das referidas anteriormente. 3. Bilinguismo diglósico, que parte do princípio da necessidade de o surdo primeiramente adquirir uma língua de sinais, portanto materna, com a comunidade surda e posteriormente o sistema escrito da língua oral para ser utilizado em situações socioculturais específicas (Goldfeld, 1997; Finau, 2004; Brito, 1989; Quadros, 1997).

Os modelos de representação da surdez apresentados influenciaram e influenciam as abordagens terapêuticas e educacionais por meio das quais se tem compreendido as pessoas com surdez. Ohna (2004, como citado em Bisol & Sperb, 2010) defende a ideia de uma perspectiva “pós-cultural”: uma concepção que vai além do modelo socioantropológico e que inclui um diálogo entre uma condição individual e uma comunidade cultural. Skliar (2005, p. 9) convoca a uma reflexão sobre essa polaridade de perspectivas tradicionais que marcam as metanarrativas sobre a surdez, que, para o autor, são simplificações didáticas, sugerindo a necessidade de buscar “os matizes, os espaços vazios, os interstícios, os territórios intermediários que não estão presentes nesses modelos, mas que transitam, flutuam entre eles, como, por exemplo, as significações linguísticas, históricas, políticas e pedagógicas”.

As próprias designações “deficiente auditivo”, “surdo-mudo”, “surdo”, conotam na comunidade surda uma forte carga semântica e suscitam profundas discussões pautadas nesses modelos. De modo geral, o termo “deficiente auditivo” está relacionado aos moldes do oralismo, que localiza o surdo em dimensões clínicas e terapêuticas da cura, da reabilitação, da normalização; o termo “surdo-mudo” é questionado em função de que os surdos não são necessariamente mudos, ou seja, não há comprometimento biológico no aparelho fonador, assim alguns surdos, com terapias fonaudiológicas, podem oralizar

se desejarem, embora geralmente não ouçam a própria voz; o termo “surdo”, baseia-se no discurso da concepção socioantropológica, pautada na diferença linguística e cultural. Essas distinções terminológicas, fundamentadas nas representações sobre a surdez, provocam importantes debates e reflexões, como descreve Lage (2016): “Não importa muito o nome pelos quais essas pessoas são chamadas – surdos, surdos-mudos [...]. Indaguem a eles próprios como querem ser chamados, o resto é etiqueta, decalque, formalidade e embaraço. Eu costumo usar o termo pessoas surdas ou surdos, eu já perguntei”. A escolha do termo “surdo” presente nesta pesquisa está pautada nas considerações apresentadas.

A citação anterior evidencia a necessidade de se olhar para a singularidade das pessoas com surdez, pois embora existam necessários movimentos sociais e políticos em prol das questões envolvendo a diferença linguística e cultural, reconhecendo a língua de sinais como traços de identificação entre os surdos, obviamente, isso não quer dizer que todos os surdos são iguais e, por esse viés, corre-se o risco de cair no mesmo discurso hegemônico da normalização, como se houvesse o “surdo ideal/surdo normal”, aquele que não usa tecnologias auditivas, somente língua de sinais, que não está também inserido na cultura ouvinte, ou seja, baseado num purismo grupal inexistente. Embora alguns autores, como Sasaki (2008), defendam que a denominação esteja atrelada ao grau de perda auditiva, na prática, há pessoas que mesmo apresentando uma significativa perda auditiva não se veem como surdos, e sim como deficientes auditivos e buscam tratamentos que visam à oralização, como ocorre da mesma forma o contrário (Gesser, 2009).

A prática clínica com esse público específico evidencia a abrangência e a complexidade da surdez: “A surdez profunda na infância é mais do que um diagnóstico médico; é um fenômeno cultural com padrões e problemas sociais, emocionais, linguísticos e intelectuais que estão inextricavelmente ligados” (Sacks, 1933/1998, p. 76). Diante do exposto, pode-se dizer que a surdez se constitui como campo de pesquisa, sendo assim, diversos estudos que se dedicam, e se dedicaram, às interrogações que a surdez e sua língua instigam desenvolvem ideologias, pedagogias e filosofias que se inter-relacionam. A língua de sinais é capaz de criar em torno dela uma série de divergências (Solé, 2005), destarte, com os estudos apresentados nessa seção, é possível constatar que a literatura existente na área evidencia, a partir de critérios linguísticos, que não há dúvidas em relação ao Estatuto Linguístico das Línguas de Sinais, as quais podem ser utilizadas para inúmeras funções identificadas na produção das línguas humanas. Nesse contexto, considerando a legitimidade da língua de sinais, podemos pensar em uma fala sinalizada, de modo a dizer que os surdos sinalizadores falam.

Vários campos do saber se ocuparam e se ocupam do estudo da surdez – Educação, Medicina, Fonoaudiologia, Linguística, Psicologia – a qual, recentemente, tem despertado interesse de alguns psicanalistas. Bisol e Sperb (2010) apresentam a Psicanálise

e os estudos da narrativa como possíveis perspectivas teóricas que, ao se sustentarem sobre pressupostos específicos, podem gerar contribuições próprias sobre o tema da surdez. Ultimamente se tem encontrado novas pesquisas no Brasil nessa área, realizadas na abordagem psicanalítica, cujo foco dessas contribuições está na constituição subjetiva do surdo e no lugar que a surdez ocupa na estruturação da personalidade.

## Pesquisas contemporâneas em psicanálise e surdez

Os estudos sobre a surdez na perspectiva psicanalítica iniciaram-se na França na década de 1980 e na sequência em outros países. Para a realização deste artigo, foi feita uma revisão da literatura buscando conhecer os trabalhos produzidos que entrelaçam tais campos; para isso, efetuou-se uma busca nas bases eletrônicas de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), Periódicos Capes, PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), BVS-Psi (Biblioteca Virtual em Saúde), BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e Cairn, utilizando como descritivos: “psicanálise e surdez” (“*psychoanalysis and deafness*”, “*psychanalyse et sourdité*”) e “psicanálise e surdo” (“*psychoanalysis and deaf*”, e “*psychanalyse et sourd*”). Delimitou-se essa busca a partir do ano de 2010 (embora se tenha considerado como exceções alguns livros antes desse marco em virtude de serem referências na área) priorizando, nesse momento, as pesquisas realizadas no Brasil. Na literatura brasileira, localizaram-se três livros, cinco teses e quatro artigos sobre a surdez a partir da óptica psicanalítica, apresentados sinteticamente na sequência.

O livro que tem como título *O sujeito surdo e a Psicanálise: uma outra via de escuta*, de Maria Cristina Petrucci Solé (2005), apresenta, a partir da experiência da autora como psicóloga de escola de surdos, e de sua prática na clínica psicanalítica, bem como de sua convivência com a comunidade surda, indagações sustentadas pelos pressupostos de Freud e Lacan, sobre o que a surdez congênita ou precoce pode suscitar naqueles envolvidos com ela. Solé (2005, p. 13) afirma que “há um paradoxo e uma provocação na associação dos termos Psicanálise e surdez”, referindo-se à interrogação, e até mesmo um incômodo ao se pensar em “uma Psicanálise de um surdo”, e que as metáforas “a escuta” e “a fala”, assim como “silêncio” e “mudez”, correlacionam-se a uma dimensão anatômica, mesmo que em Psicanálise o “campo da fala” não seja reduzido à dimensão acústica da linguagem. Em um dos capítulos do livro, a autora faz um longo percurso de pesquisa sobre o que os psicanalistas dizem sobre os indivíduos surdos. A pesquisa realizada é norteadas pelas referências de Piera Aulagnier, considerado por ela um dos expressivos nomes para fundamentar os estudos sobre as especificidades da surdez (com relação aos aspectos sensoriais, linguísticos e de representação social) e a constituição subjetiva. Sinteticamente, esse estudo interroga o que uma alteração sensorial como a surdez pode

ocasionar na constituição psíquica, focando a ausência da voz humana, especialmente a voz materna. Além desses aspectos, a autora traz questionamentos sobre a técnica psicanalítica, indagando as particularidades sobre a escuta psicanalítica e a transferência atravessada por uma outra língua, no caso a língua de sinais.

Por ela um dos expressivos nomes para fundamentar os estudos que buscam a compreensão das especificidades na produção da subjetividade da pessoa surda a partir de aspectos sensoriais, linguísticos e de representação social. Embora não tenha se ocupado diretamente dessa temática, Aulagnier, em “A violência da interpretação” (1979, como citado em Solé, 2005, p. 47), remete à questão da surdez, ao dizer que “no registro do processo originário, a zona auditiva obedece ao mesmo modo de funcionamento psíquico que qualquer zona erógena”. Aulagnier acrescentou à teoria da clínica psicanalítica de pessoas surdas os conceitos de “sombra falada”, “porta voz” e “risco do excesso”.

Sob a óptica lacaniana, encontramos a tese de doutorado de Santos (2013), *Sobre a surdez: as incidências da linguagem na constituição do sujeito*, e o artigo proveniente dessa tese, “Há voz na surdez? (La) língua de sinais”, resultados de uma extensa pesquisa indagando as particularidades da constituição de um sujeito marcado pela surdez. Partindo de um histórico sobre a surdez em diversos campos de saber, o trabalho segue fundamentado nos textos freudianos e ancorado na teoria lacaniana. Por meio da análise de livros autobiográficos de pessoas surdas, busca-se articular teoria e clínica a partir dessa peculiaridade. Em síntese, alega-se que a voz (objeto *a*) se faz presente de alguma forma, mesmo quando a falta de audição sonora existe no corpo.

Pautado também nos pressupostos de Freud e Lacan, há a tese *A Psicanálise realizada em libras: demandas e desafios da clínica com pacientes surdos*, de Halabe (2018), a qual busca demonstrar a importância de a análise com surdos ser realizada em Libras, que, por ser uma língua mais natural para esse público, possibilita uma melhor expressão de seus sentimentos, comportando a manifestação de gírias, metáforas e chistes, assim como o português. Discute-se, assim, a importância de formação dos analistas em Libras e sua participação na cultura surda para a realização dos atendimentos. A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos de Freud e Lacan, buscando um aporte para analisar a demanda de atendimento de pacientes surdos e suas vicissitudes.

Ainda sobre o referencial Freud/Lacan, há o trabalho de Geovanini (2015), “Por uma Psicanálise possível à surdez”, o qual relata a experiência da autora em uma instituição escolar para surdos, fomentando indagações à Psicanálise, afirmando que a surdez aponta que a palavra, como significante, se dará por diversas formas, por qualquer meio possível de comunicação, assim, não se tratando da voz como sonorização, mas sim da palavra.

No artigo “Filhos do silêncio: uma reflexão sobre a surdez e o silêncio do ser”, Conti (2012) aborda a surdez, afirmando o papel da relacionalidade na constituição do humano, a

partir dos pressupostos de Vygotski, pela noção de mediação social semiótica, e Winnicott, pelo conceito psicanalítico de ambiente, com alusão à linguagem no espaço potencial. Como menção ilustrativa, o texto faz referência ao filme “Filhos do silêncio”, enfocando o drama e sofrimento de uma personagem surda, considerando o caráter emblemático de sua luta pela afirmação de um verdadeiro si mesmo.

Na continuidade do referencial winnicottiano, há a tese de doutorado de Buzar (2015), “*Da Libras ao silêncio: implicações do olhar winnicottiano aos sujeitos surdos em sofrimento psíquico grave*”, a qual buscou compreender os fatores de risco para o sofrimento psíquico grave em sujeitos surdos, problematizando-se os potenciais encontros e rupturas entre o sujeito e o ambiente, desde a família até o social. A partir do estudo de um caso clínico, embasado na teoria do desenvolvimento emocional de Winnicott, Buzar confere a importância de um aporte psicoterápico que se sustente na promoção do *holding*, referindo-se a um cuidado terapêutico que contemple uma linguagem mais ampla, a comunicação afetiva. Acrescenta que no caso em questão, a partir da confiança estabelecida, surgiu a *regressão à dependência*. Com esse estudo, constatou-se que a busca insistente pela cura da surdez e pela normatização por meio da oralidade pode interferir no olhar e reconhecimento do bebê em sua singularidade, vindo a ser intrusivo tanto nos estágios primitivos quanto ao longo do desenvolvimento. Conclui, com o caso analisado, que o processo psicoterápico possibilitou o reviver de afetos, que puderam ser simbolizados, escutados e reconstruídos, permitindo à paciente desejar e alcançar um tanto mais de independência.

Amparado também nos pressupostos de Winnicott, entre outros autores, há o livro *Cenas surdas: os surdos terão lugar no coração do mundo?*, de Renato Dente Luz (2013). O autor tem uma sólida trajetória no universo da surdez e, nesse trabalho, apresenta as experiências singulares de pais sobre suas vivências e aprendizados na relação com suas filhas surdas, por intermédio de narrativas, às quais chamou de *cena*. A *cena* é apresentada no livro como dispositivo metodológico decorrente da própria trajetória do autor, além de outras fontes. A partir do encontro de seu percurso com surdos, com as trajetórias de alguns de seus pais, Luz se propõe a identificar, nesse estudo, o que de mais importante pode ser dito, eticamente, para que os surdos tenham uma vida criativa, uma experiência de realização existencial e a participação plena no mundo, à qual denominou de experiência de *aparicação*, anseio de todos os humanos. Aparicação é o conceito teórico central apresentado no livro, conceituado focando em três dimensões: ética, subjetiva e situacional. Com relação à dimensão subjetiva, o autor refere que a *aparicação* é subjetivante, endossa a singularidade, fortalece a presença de alguém no mundo comum, descrevendo que a *aparicação* pede sustentação de si por outrem. Em vista disso, Luz pauta-se na Psicanálise winnicottiana sobre a importância do ambiente na constituição de um si-mesmo e do *holding*, tendo,

nesse contexto, a função de possibilitar a aparição. Esse conceito de aparição parece ser descrito pelo autor como a expressão de um *verdadeiro self*, da criatividade primária, do gesto espontâneo e, paradoxalmente, a constituição simultânea do si-mesmo e do não-eu. Esse trabalho é procedente da tese de doutorado de Luz, *Cenas surdas parentais: em busca da aparição de surdos na contemporaneidade* (2011).

Seguindo na perspectiva teórica, fundamentada também na Psicanálise winnicottiana, localizou-se o livro de Ana Cristina Marzolla, intitulado *Atendimento psicanalítico do paciente com surdez* (2012), que apresenta, como objetivo principal, a atenção e a pesquisa clínica com crianças, jovens e adultos surdos ou com dificuldade de linguagem. A obra faz parte da “Série Prática Clínica”, a qual expõe experiências de psicanalistas e/ou psicoterapeutas especializados em um tema em questão, de modo a propiciar ao leitor o contato com as estratégias e dispositivos adotados pelos autores da série. No caso da obra em questão, Marzolla se dispõe a discutir e formalizar os impasses e possibilidades encontrados a partir da sua densa experiência com esses pacientes surdos, tanto na clínica psicanalítica quanto no contexto de uma instituição. Desse modo, apresenta textos que contemplam: a) o trabalho na interlocução com outras áreas, especialmente com a Fonoaudiologia; b) a escuta das famílias, com relação aos efeitos do diagnóstico da surdez no psiquismo do casal parental. Marzolla observa as dificuldades enfrentadas pelas mães em virtude da condição do filho surdo e, com base na teoria de Winnicott, reflete sobre as interferências desse aspecto nas funções maternas, como *holding*, *handling*, apresentação de objetos; e as perturbações na função de espelho, consideradas funções primordiais no processo de desenvolvimento emocional. A autora também aborda, especificamente, a ausência do genitor masculino, do pai, no tratamento, geralmente aceito pelas instituições, refletindo um pai fusionado ao discurso da autoridade médica ou similar; c) a proposta da oficina do brincar, a qual surgiu a partir do grupo de pais, os quais estavam frequentemente acompanhados de seus filhos. Aqui a autora pauta-se nos pressupostos de Winnicott, com relação ao brincar, que acontece no espaço potencial, o qual une e separa mãe e bebê. Assim, a oficina do brincar traz como propósito instaurar ou ampliar o espaço potencial onde se dão os fenômenos transicionais; d) apresenta dois relatos clínicos, descrevendo uma ideia de manejo clínico na instituição e no consultório. O texto de Marzolla (2012), sobre o pai, é decorrente de sua tese de doutorado, intitulada *O pai e seu filho surdo: um olhar psicanalítico* (2010), na qual a autora se propõe a escutar alguns pais de crianças surdas, por meio de entrevistas-consultas, com o intuito de verificar se aconteciam ou não modificações elaborativo-significativas no mundo psíquico dos genitores masculinos, oriundas de um período mais longo de elaboração da ferida narcísica. A autora conclui que em função do abalo narcísico, provocado pelo diagnóstico da surdez, os pais sentem-se em falta com o/a filho/a, evidenciando também certa dificuldade no sentido de cumprirem a interdição de laços fusionais mãe-filho/a surdo/a.

Seguindo nessa premissa de possível quebra no narcisismo parental a partir de um diagnóstico da surdez, localizou-se o artigo de Asano, Neme e Yamada (2010), intitulado “Deficiência auditiva: estudos clínicos sobre o narcisismo materno”, que, nesse caso, visa investigar os efeitos no narcisismo materno. Trata-se de uma pesquisa que pretende investigar os efeitos do nascimento de um filho com deficiência auditiva no narcisismo materno, por intermédio de estudos clínicos com mães de crianças com DA, diagnosticadas há menos de um ano, alicerçada na teoria psicanalítica. Constata-se que o nascimento de um bebê com deficiência auditiva representa uma situação inesperada, que pode afetar a satisfação narcísica dos pais, especialmente das mães, que, além de vivenciarem a não realização do ideal projetado, abandonam-se como mulheres e investem afetivamente quase que unicamente no filho. Essas mães vão em busca desse ideal perdido tentando encontrar a “cura” da deficiência, na expectativa de uma “normalidade”, geralmente realizada com o implante coclear. Os resultados obtidos revelam que essa procura pela ativação da audição com o implante coclear é um meio de alcançar a restituição narcísica, ou seja, como um resgate do idealizado na normalidade do filho. Com essas conclusões, as autoras sugerem que os profissionais que atuam com esse público, no processo de diagnóstico e habilitação auditiva, atenham-se para além dos aspectos de habilitação ou reabilitação, que levem em consideração esses sentimentos maternos, ofertando acolhimento e suporte a essas mães, compreendendo a dimensão do momento psíquico que vivenciam.

Sobre as pesquisas na área em outros países, localizamos como destaque os trabalhos de Meynard (1995, 2008, 2010); Poizat (1996); Virole (1993) e Schorn (1997). Visitaremos brevemente as referidas obras, focalizando a ideia central destas.

Meynard, autor do livro *Quand les mains prennent la parole* (1995), escrito a partir da perspectiva freudiana, indaga a maneira como a surdez nos questiona, especialmente pelo modo de falar com as mãos e ouvir com os olhos. O autor questiona a denominação de surdo para alguém que já está inserido na linguagem e o impacto dessa nomeação sobre o indivíduo, evidenciando com isso o entendimento de que a linguagem parece com frequência estar relacionada ao sonoro. Apresenta contribuições sobre a clínica psicanalítica, bem como contribuições no âmbito histórico e linguístico, descrevendo a possibilidade de fala por meio de uma língua sinalizada. Em outro trabalho, intitulado *Surdité, L'urgence D'un Autre Regard* (2008), Meynard questiona o movimento de impedir as crianças surdas de usar a língua de sinais, nesse caso, a Língua Francesa de Sinais (LSF). O livro, em formato de uma carta a um amigo, destaca a riqueza dos idiomas transmitidos pelas famílias, questionando as tendências modernas que fazem um movimento contrário a essa riqueza, reduzindo os pacientes a sua deficiência. E em *Soigner la Surdit e et faire taire les sourds* (2010), o autor interroga as propostas de alguns m etodos de reabilita c ao no sentido de buscarem o silenciamento das m aos dos surdos.

Benoît Virole, autor do artigo “Psychanalyse et Surdité” (1993), indica que a escuta de pacientes surdos por psicanalistas s      possível se estes profissionais tiverem conhecimento da língua de sinais. Virole afirma que a surdez marca o destino identificatório desses indivíduos, aumentando a incidência de psicoses e autismo, e descreve também as consequências do diagnóstico e da abnegação materna na constituição do sujeito, apontando a surdez como uma dificuldade na resolução ed  pica. Com relação    prática clínica psicanalítica com esse público, Virole apresenta em seu texto alguns impasses: o impedimento do div   e a instalação da transferência, podendo esta ser estimulada pelo fato de o psicanalista conhecer a língua de sinais.

Salientamos que é essencial resguardar que, embora haja certa relevância em considerar os obstáculos que uma alteração sensorial pode acarretar a partir de um padrão de cultura majoritária, cabe sempre a ressalva da singularidade, do caso a caso, do um a um, dos aspectos transferenciais: questões tão essenciais para a Psicanálise.

Outro psicanalista francês que aborda a temática da surdez, conforme referenciado anteriormente,    Michel Poizat (1996), em seu livro *La voix sourde*, no qual o autor, com base em Freud e Lacan, reflete sobre a voz como objeto pulsional, levantando questões sobre o que ocorre com aqueles para quem a voz é realmente faltante. Aborda também que a presença da surdez para os ouvintes vai além do sofrimento narcísico, diz de uma experiência de desfalecimento do Outro, da garantia da ordem simbólica, da ordem da linguagem. Poizat (1996) refere-se às observações de Françoise Dolto sobre a surdez e a língua de sinais – Dolto profere que    desumano deixar a criança se comunicar por meio de gestos (considerando gestos aqueles sinais que necessitam da presença da coisa); dessa forma, para ela, a língua de sinais é uma possibilidade de fala que promove a função simbólica (Solé, 2005)

Dentre os autores destacados, encontramos os trabalhos de Martha Schorn (1997), que no livro *El ni  o y el adolescente sordo*, de modo geral, refere-se ao poder constitutivo do olhar materno e dos contatos que irão erotizar o corpo da criança e formar a imagem de si, trazendo como possibilidade para a criança surda uma adequada simbiose, afastando de um aprisionamento autista, argumentando que    possível escutar com o corpo todo, resguardando a diferença entre ouvir e escutar.

## Considerações finais

Ao adentrar no universo da surdez, parece-nos imprescindível considerar as representações históricas e sociais em torno do tema, tal como foi apresentado inicialmente por meio dos dois grandes modelos reconhecidos na literatura da   rea. Destacamos que, a partir desses modelos, foram produzidas teorias e pesquisas, as quais deram bases a

diversas propostas terapêuticas e educacionais para os surdos, influenciando o modo como a surdez é vista pela sociedade de modo geral. Por seu turno, a Psicanálise, ao sustentar suas premissas teóricas sobre a égide da singularidade, não comunga com a ideia de identidade como sendo uma essência, para o sujeito, com referências definidas e fixas, tal como propõe o modelo socioantropológico. Igualmente, podemos perceber que a perspectiva psicanalítica afasta-se também do modelo biológico, especialmente no sentido de que esse modelo se concentra em propor a cura de um deficit orgânico. Ao contrário, a Psicanálise, ao não tomar como referência a doença, mas sim o sujeito e seu sintoma, interroga o sujeito a partir de sua singularidade e aponta para as restrições de qualquer proposta que pretenda ser global.

É desafiante, paradoxal e delicado circular entre o singular proposto pela perspectiva psicanalítica e o universal proposto pelas perspectivas apresentadas sem reduzir a complexidade humana e as plurais formas de existir. Como considerar tais especificidades na produção de subjetividade a partir de aspectos sensoriais, linguísticos e de representação social sem generalizar, naturalizar e restringir a própria subjetividade? Em outras palavras, considerar os efeitos do traço surdez, perpassado por determinantes sociais, históricos e biológicos, sem reduzir o sujeito a esse traço. É imprescindível esse cuidado para não cair na patologização da surdez, reforçando a ideia de uma Psicologia da surdez ou até mesmo de uma Psicanálise da surdez, sem desconsiderar as peculiaridades da sensorialidade e, conseqüentemente, da língua, assim como os aspectos alusivos ao contexto sócio-histórico. Desse modo, é possível dizer que “[...] é a partir do seu aparato orgânico que uma pessoa surda se realiza, e não apesar dele” (Luz, 2011, p. 103).

Diante da pesquisa realizada, paradoxalmente, pode-se refletir que não há uma subjetividade surda; contudo, de acordo com a concepção socioantropológica, parece essencial reconhecer que há peculiaridades em termos de diferença sensorial, linguística e cultural que produzem frequentemente certos arranjos, embora produzindo singularidades bastante diversificadas.

Partindo do princípio de que a Psicanálise evidencia a necessidade de se tomar a singularidade como fundamento, parece-nos ser necessário atentar aos efeitos que os tradicionais modelos descritos podem exercer sobre a subjetividade dos pacientes surdos. O modelo biológico evidencia um discurso hegemônico de normalização, no sentido de compreender a surdez como uma deficiência, uma doença que deve ser reparada, curada, e não como uma diferença sensorial, impondo a oralização como único modo de fala. Na concepção socioantropológica, percebemos que existem necessários movimentos sociais e políticos em prol das questões que envolvem a diferença linguística e cultural, como o reconhecimento da língua de sinais como traço de identificação entre os surdos. No entanto, percebemos, igualmente, que, por meio de tais movimentos identificatórios,

pode-se correr o risco de se cair no mesmo discurso hegemônico da normalização, como se houvesse o “surdo ideal”, aquele que não usa tecnologias auditivas, somente língua de sinais, que não está também inserido na cultura ouvinte, ou seja, baseado em um suposto purismo grupal inexistente. Essa polarização radical, por vezes, pode “silenciar” a pessoa com surdez, afetando-a psicologicamente. Somente os próprios surdos podem dizer de sua experiência; nesse cenário, a Psicanálise se apresenta como uma possibilidade de escuta da singularidade do paciente surdo, sem algo a ser dado *a priori*. Corroborando essa tese, os estudos que pudemos destacar ao longo de nossa pesquisa bibliográfica revelam a tentativa dos autores que trabalham com a Psicanálise de manterem a especificidade desse público. Em nossos estudos, pudemos destacar três categorias de análise distintas:

1. Estudos que procuram entender as relações entre a surdez e a construção da subjetividade, seja por meio de uma perspectiva estruturalista, baseada em Lacan, seja por uma perspectiva do desenvolvimento emocional, tal como formulada por Winnicott e Aulagnier. Em nosso modo de compreensão, em ambas as perspectivas, a maioria dos autores concorda em sustentar a ideia de que a surdez não deve ser tomada como elemento determinante para a construção de uma patologia psíquica ou emocional.

2. Estudos que se preocupam com os efeitos que o diagnóstico da surdez dos filhos produz em seus genitores. Os autores destacam que, tanto os pais quanto as mães parecem sofrer um abalo em seus narcisismos diante da ruptura promovida em seus ideais de perfeição que constroem para seus filhos. Os autores destacam, nesse sentido, a necessidade de que os profissionais de saúde fiquem atentos aos conflitos emocionais e afetivos aí presentes.

3. Estudos que se debruçam sobre a clínica com pacientes surdos destacam suas especificidades, problemáticas, dificuldades e potencialidades. Destacamos que, independentemente das orientações teóricas no campo psicanalítico, todos os autores indicam a possibilidade de a Psicanálise, como método de tratamento, trabalhar com pacientes surdos. Sustentados na premissa de que a surdez não seja psicologicamente patologizante, (tal como destacamos no item 1) os autores baseiam sua tese de trabalho com a Psicanálise ora indicando a necessidade de o analista ser usuário da língua de sinais local, ora destacando o cuidado ambiental como instrumento clínico de elaboração de traumas primitivos.

À guisa de conclusão, podemos indicar que os estudos que esta revisão pôde abarcar evidenciam a diversidade de caminhos possíveis para se investigar os fenômenos suscitados pela condição da surdez a partir da teoria psicanalítica. Percursos distintos, associados a perspectivas, teorias, pressupostos, elementos e lugares distintos. O estado da arte na contemporaneidade, com relação à surdez a partir do referencial psicanalítico, nos convoca a refletir sobre as possibilidades e limites de sua clínica, sustentada em seus aportes teóricos. Enfim, convida-nos a consolidar sua ética.

## Referências

- Asano, C. Y., Neme, C. M. B., & Yamada, M. O. (2010). Deficiência auditiva: estudos clínicos sobre o narcisismo materno. *Bol. Acad. Paulista de Psicologia*, 78(1), 219-236. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-711X2010000100015](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2010000100015).
- Bisol, C., Simioni, J., & Sperb, T. (2008). Contribuições da Psicologia Brasileira para o estudo da surdez. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 21(3), 392-400. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000300007>.
- Bisol, C., & Sperb, T. (2010). Discursos sobre surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 26(1), 7-13.
- Brito, L. F. (1995). *Por uma Gramática da Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Buzar, E. A. S. (2015). *Da libras ao silêncio: implicações do olhar winnicottiano*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Conti, C. A. M. de. (2012). Filhos do silêncio: uma reflexão sobre a surdez e o silêncio do ser. *Comunicações Piracicaba*, 19(1), 115-128. Recuperado de <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v19n1p115-128>.
- Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. (2005). Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm).
- Fernandes, S. F. (1998). *Surdez e linguagens: é possível o diálogo entre as diferenças?*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.
- Finau, R. A. (2004). *Os sinais de tempo e aspecto na Libras*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.
- Geovanini, F. (2015). Por uma Psicanálise possível à surdez. *Letra Freudiana*, 23, 256-260. Recuperado de <http://www.escolaletrafreudiana.com.br/publicacao/52>.
- Gesser, A. (2006). *Um olho no professor surdo e outro na caneta: ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.
- Goldfeld, M. (1997). *Acriançasurda: linguagemecogniçãoumaperspectivasociointeracionista*. São Paulo: Plexus.
- Halabe, D. J. E. (2018). *A Psicanálise realizada em Libras: demandas e desafios da clínica com pacientes surdos*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Lage, A. L. S. (2016). O implante coclear no processo de medicalização e produção de subjetividades surdas – ou – Do sofrimento e a resistência. In Comissão de Psicologia e Educação (COMPSIEDUC) (Org.). *Conversações em Psicologia e Educação* (2a ed., pp. 23-40). Rio de Janeiro/RJ: CRP05.

- Lulkin, S.A. (2005). O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. In C. Skliar (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.
- Luz, R. D. (2013). *Cenas surdas: os surdos terão lugar no coração do mundo?* (1a ed.). São Paulo: Parábola.
- Luz, R.D.(2011). *Cenas surdas parentais: em busca da aparição de surdos na contemporaneidade*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo. Brasil.
- Marzolla, A. C. (2010). *O pai e seu filho surdo: um olhar psicanalítico*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- Marzolla, A. C. (2012). *Atendimento psicanalítico do paciente com surdez*. São Paulo: Zagodoni Editora.
- Meynard, A. (2008). *Surdité, l'urgence d'un autre regard: pour un véritable accueil des enfants sourds*. Toulouse, France: Eres.
- Meynard, A. (2010). *Soigner la surdité et faire taire les sourds: essai sur la médicalisation du sourd et de sa parole*. Toulouse, France: Eres.
- Pereira, P. F. (2007). *Psicanálise e surdez: metáforas conceituais da subjetividade em Libras*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.
- Pizzio, A. L. (2009). A aquisição da ordem das palavras na Língua de Sinais Brasileira: um estudo de caso In R. M. de Quadros (Org.). *Estudos surdos IV*. Petrópolis: Arara Azul.
- Poizat, M. (1996). *La voix sourde: la société face à la surdité*. Paris: Editions Métailié.
- Quadros, R. M. de, & Karnopp, L. (2004). *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed.
- Quadros, R. M. de (Org.). (2009). *Estudos surdos IV*. Petrópolis: Arara Azul.
- Rocha, S. (2008). *INES e a Educação de Surdos no Brasil*. Rio de Janeiro: INES.
- Sacks, O. (1998). *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Sánchez, C. (1999). La lengua escrita: esse esquivo objeto de la Pedagogia para sordos e oyentes. In C. Skliar (Org.). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre: Mediação.
- Santana, A. P., Guarinello, A. C., Berberian, A. P., & Massi, G. (2008). O estatuto simbólico dos gestos no contexto da surdez. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 297-306. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000200012>.
- Santos, V. E. S. dos. (2013). *Sobre a surdez: as incidências da linguagem na constituição do sujeito*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Sasaki, R. K. *Nomenclatura na área da surdez*. Recuperado em 17 maio, 2018, de [http://www.redeprofis.com.br/downloads/Material\\_Encontro/Nomenclatura%20na%20area%20da%20surdez.doc](http://www.redeprofis.com.br/downloads/Material_Encontro/Nomenclatura%20na%20area%20da%20surdez.doc).

VIEIRA, C. C., & PINHEIRO, N. N. B. Psicanálise e surdez: estudo longitudinal sobre seus modelos representacionais e suas pesquisas clínico-teóricas

- Schorn, M. (1997). *El niño y el adolescente sordo*. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- Skliar, C. (2005). (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.
- Solé, M. C. P. (2005). *O sujeito surdo e a Psicanálise*. Porto Alegre: UFRGS.
- Stoke Jr., W. C. (1960). Sign Language Structure: an Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf. *Studies in Linguistics* (8). Buffalo: Occasional Papers.
- Virole, B. (1993). Psychanalyse et surdité. *La Parole de Sourds, Revue du Coll ge de Psychanalystes*, 46-47, 15-30.

## Resumo

A prática clínica psicanalítica com pessoas surdas, em um Centro de Atendimento Especializado Bilíngue, foi o disparador de inúmeras interrogações que instigaram o desejo em melhor conhecermos as produções teóricas que tratam dessa temática. Assim, o presente artigo inicia com uma explanação acerca dos dois modelos teóricos predominantes no entendimento da surdez: o biológico e o socioantropológico. Em seguida, justifica o Estatuto Linguístico da Língua de Sinais, o qual sustenta o trabalho clínico-psicanalítico com esses pacientes. No desdobramento, por meio do levantamento bibliográfico realizado sobre pesquisas que tratam do tema (Psicanálise e surdez), destaca que esses estudos perpassam três eixos principais de análise: surdez e construção de subjetividade; efeitos do diagnóstico da surdez sobre os genitores; trabalho clínico-psicanalítico com a surdez. Conclui que a perspectiva psicanalítica, ao interrogar o paciente a partir de sua singularidade e contestar qualquer proposta de atendimento que se pretenda generalista e determinante, ultrapassa os dois modelos tradicionais de entendimento sobre a surdez.

**Palavras-chave:** Psicanálise. Surdez. Singularidade.

## Psychoanalysis and Deafness: Longitudinal Study on its Representational Models and its Clinical-Theoretical Researches

### Abstract

The psychoanalytic clinical practice with deaf people, at a Specialized Bilingual Attention Center, was the trigger of numerous questions that instigated the desire to better know the theoretical productions that deal with this theme. Thus, the present article begins with an explanation about the two theoretical models prevailing in the understanding of deafness: the biological and socio-anthropological. Then, ensures the Linguistic Status of the Sign Language, which sustains the psychoanalytic clinical work with these patients. In the unfolding, through a bibliographical survey carried out on researches that deal with the theme (psychoanalysis and deafness), it emphasizes that these studies pass through three main axes of analysis: deafness and subjectivity construction; effects of diagnosis of deafness for parents; psychoanalytic clinical work with deafness. It concludes that the psychoanalytic perspective, when interrogating the patient from his or her singularity and contesting any proposal of care that is intended to be general and determinant, goes beyond the two traditional models of understanding about deafness.

**Keywords:** Psychoanalysis. Deafness. Singularity.

## Psychanalyse et surdité: une étude longitudinale sur leurs modèles représentationnels et leurs recherches cliniques-théoriques

### Résumé

La pratique clinique psychanalytique auprès des personnes sourdes, dans un Centre de Service Spécialisé Bilingue, a été le déclencheur d'innombrables interrogations qui ont

été instiguées le désir pour mieux connaître les productions théoriques qui s'occupent de ce thème. Ainsi, le présent article, commence par une présentation concernant aux deux modèles théoriques prédominants pour la compréhension de la surdité: le biologique et le socio-anthropologique. Ensuite, il justifie le Statut Linguistique de la Langue des Signes qui soutien le travail clinique psychanalytique auprès de ces patients. Dans le développement, par le retrait bibliographique réalisé par rapport aux recherches qui examinent le thème (la psychanalyse et la surdité), il met en évidence que ces études parcourent trois axes principaux d'analyse: la surdité et la construction de la subjectivité; des effets du diagnostic de la surdité sur les géniteurs; le travail clinique psychanalytique auprès de la surdité. Il conclut que la perspective psychanalytique, en interrogeant le patient à partir de sa singularité et au contester à n'importe quelle proposition de service qui essaie d'être généraliste et déterminante, va au-delà des deux modèles traditionnels de compréhension de la surdité.

**Mots-clés:** Psychanalyse. Surdité. Singularité.

## **Psicoanálisis y Sordera: Estudio longitudinal sobre sus modelos representacionales y sus investigaciones clínico-teóricas**

### **Resumen**

La práctica clínica psicoanalítica con personas sordas, en un Centro de Atención Especializada Bilingüe, fue el disparador de innumerables interrogantes que instigaron el deseo en mejor conocer las producciones teóricas que tratan de esa temática. Así, el presente artículo, inicia por una explicación acerca de los dos modelos teóricos predominantes en el entendimiento de la sordera: el biológico y el socio antropológico. A continuación, justifica el Estatuto Ling stico de la Lengua de Signos, el cual sostiene el trabajo clínico psicoanalítico con esos pacientes. En el desdoblamiento, por medio del levantamiento bibliográfico realizado sobre investigaciones que tratan del tema (psicoanálisis y sordera), destaca que esos estudios atraviesan tres ejes principales de análisis: sordera y construcción de subjetividad; los efectos del diagnóstico de la sordera sobre los progenitores; trabajo clínico psicoanalítico con la sordera. Concluye que la perspectiva psicoanalítica, al interrogar el paciente a partir de su singularidad y contestar cualquier propuesta de atención que se pretenda generalista y determinante, supera los dos modelos tradicionales de entendimiento sobre la sordera.

**Palabras clave:** Psicoanálisis. Sordera. Singularidad.